

Língua portuguesa

A. GOMES DA COSTA

Duas medidas recentemente aprovadas, uma pela Assembleia Nacional Constituinte e outra pelo Poder Executivo, dão-nos a esperança de que o ensino do idioma, no Brasil, passará a receber um tratamento diferente daquele que teve até agora, caracterizado pelo desleixo e pelo relaxamento.

A primeira medida, de caráter declaratório, consta do artigo 13 da Constituição que será promulgada em 5 de outubro. Ali se diz que o português é a língua oficial da República Federativa do Brasil. Prevaleceram, portanto, na Lei Maior, o bom senso e a fidelidade às raízes históricas, pondo-se fim, pelo menos durante o império da nova Carta, à tentativa de alguns intelectuais que quiseram impingir-nos, em nome de um falso fervor nacionalista, outra denominação para o idioma — "Língua nacional" ou "Língua brasileira". E tão preocupados andaram nisso que nos fizeram lembrar o Gouvarinho descrito pelo João da Egá: tinham voz sonora, haviam lido o José de Alencar e embrulhavam o capricho individual nas cores da República. Como se por acaso — e isso

ainda há poucos dias foi ressaltado pelo professor Roque Spencer Maciel de Barros, da Universidade de São Paulo — as eventuais diferenças prosódicas, léxicas e sintáticas caracterizassem a ruptura da comunidade lingüística que formamos com outros povos.

A segunda medida, consubstanciada no decreto assinado pelo Presidente José Sarney, foi estabelecer a obrigatoriedade, nos exames vestibulares, da "prova da Língua Portuguesa". A exigência levará, por certo, a uma profunda reformulação do ensino secundário, tão indigente no que concerne ao trato do idioma. Alguns mestres e professores consumiam-se no propósito de mudar o nome da língua. Fazia-lhes cócegas a referência ao português; lembrava-lhes o colonizador, a análise do texto camoniano e a chafanaria da etimologia. Algumas vítimas, no domínio do magistério e da estrutura dos cursos, foram conseguidas por eles: trocou-se, durante vários anos, o nome da disciplina — ao invés de se ensinar português, ministravam-se aulas de

"Comunicação e Expressão"; ao invés de se cuidar da gramática, seguiam-se os "manuais funcionais da linguagem"; ao invés de se aprender as normas da ortografia, caiu-se no abuso da "escrita fônica". E era de dar vivas ao velho General Klínger e de seguir a "regência baiana". Outros, com a obsessão de não obedecer aos padrões gramaticais portugueses, preconizaram a "independência" e a liberdade plenas: a criança na escola primária ou o jovem no colégio; o cidadão no lar ou na oficina; o aluno na universidade ou o doutor na petição — para todos ficava assegurado o direito de escrever como bem entendessem, sem códigos e sem acentos, e de falar como achassem melhor, sem os cânones da fonética ou os despojos das consoantes mudas.

Por estas e por outras, desceu-se tanto na qualidade e no estilo. Esquecemo-nos de revalorizar um patrimônio que, em última instância, foi decisivo para a própria unidade nacional e que de certo merecia maior desvelo, sobretudo por parte dos que têm a responsabilidade de formar gerações e de defender os valores desta grande e nobre Nação.

GUERRA DAS MEDALHAS MOBILIZA OS CONSTITUINTES

No plenário, protesto contra a condecoração

BRASÍLIA — Parlamentares de diversos partidos iniciaram movimento contra a distribuição de medalhas pela Mesa da Constituinte no dia da promulgação da nova Carta. As medalhas — de ouro, prata e bronze — foram encomendadas pelo Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, e custarão CZ\$ 49 milhões. Um abaixo-assinado pedindo a suspensão das condecorações começou a circular durante a sessão de ontem na Câmara, em meio a discursos de protesto.

Os constituintes que assinam o manifesto se comprometem a não receber as medalhas e pedem a Ulysses que suspenda a premiação. No caso de as condecorações já estarem prontas, sugerem que sejam leiloadas e o dinheiro doado a associações de pais e mestres de excepcionais.

O Deputado Victor Faccioni (PDS-RS) pediu, da tribuna, esclarecimentos à Mesa sobre o custo e o propósito das medalhas. Ele reclamou porque o plenário não foi consultado e solicitou à Mesa da Câmara que comunicasse a Ulysses suas preocupações, para que este não fosse sur-

preendido durante a sessão da Constituinte de hoje com a contestação que será feita.

Para Faccioni, gastar dinheiro do povo com medalhas no momento em que a "Operação Desmonte" afeta a execução de serviços públicos deixará a Constituinte em uma situação difícil perante a opinião pública.

O manifesto contra as medalhas já foi assinado pelos constituintes José Genoíno (PT-SP), Victor Faccioni, Adilson Mota (PDS-RS), Joaquim Bevilacqua (PTB-RS), Ruy Nedel (PMDB-RS), Cesar Maia (PDT-RJ), Luis Inácio Lula da Silva (PT-SP) — que telefonou a Ulysses protestando —, Dirce Tutu Quadros (PSDB-SP), Chico Humberto (PDT-MG), Vivaldo Barbosa (PDT-RJ) e Osvaldo Bender (PDS-RS).

O Líder do PT, José Genoíno, ameaça ainda tumultuar a festa de promulgação da nova Constituição. Ele anunciou que valerá o Presidente José Sarney se ele for condecorado. Segundo o Deputado, o Presidente não deve ser homenageado porque tudo fez para desprestigiar a Assembleia Nacional Constituinte.

Secretário reassume só pelo prêmio

SÃO PAULO — Há pouco mais de dois meses no cargo, o Secretário de Governo de São Paulo, Roberto Rollemberg, pediu ontem exoneração ao Governador Orestes Quércia com a finalidade de poder reassumir seu lugar de Deputado constituinte, participar da promulgação da nova Carta e receber sua medalha histórica.

O Deputado federal Roberto Rollemberg, que era o coordenador da bancada paulista do PMDB, deixara seu posto na Constituinte para o suplente José Yunes. Ele reassumirá o cargo no Governo de São Paulo provavelmente no dia 7 de outubro, dois dias após a promulgação da Carta. Até esta data, a Secretaria de Governo de São Paulo estará entregue ao Secretário Adjunto Edgard Camargo.

Outros Secretários de Quércia, como Bete Mendes, da Cultura, e Tidel de Lima da Agricultura e respondendo pela pasta de Indústria e Comércio, também poderão pedir licença a Quércia para estarem em Brasília no dia 5 de outubro. Os dois são Deputados federais.

Quércia: Governo faz revanche contra reforma tributária

SÃO PAULO — O Governador Orestes Quércia fará hoje um violento protesto contra o Governo federal, através de seu programa "Bom dia, Governador", transmitido em cadeia estadual de rádio. O Governador acusará o Governo de revanche, já que estaria sobrecarregando os Estados e Municípios como resposta à reforma tributária aprovada pela Constituinte. Quércia gravou o programa na manhã de ontem. A tarde, reafirmou seu protesto, mas ressaltou que não está em rota de colisão com o Governo Sarney.

No programa, o Governador anunciará uma grande mobilização para defender a reforma tributária e atacará a "Operação Desmonte". "Nós estamos assistindo o Governo federal, através dos seus Ministros da área econômica, dizer que é preciso combater o déficit público, que eles

estão agindo com muita firmeza. É preciso ter firmeza, mas não adianta fazer o jogo do FMI, dos banqueiros internacionais e prejudicar o nosso País. Já tivemos déficits públicos maiores e não tivemos inflação desse tamanho", afirmou o Governador.

Para ele, o Governo federal "está fazendo uma espécie de revanche. Como houve uma melhora de arrecadação para os Estados e para os Municípios no Orçamento do ano que vem, o Governo está querendo sobrecarregá-los, com aquela 'Operação Desmonte'. Obras importantíssimas do Governo estão sendo paralisadas". Quércia endossou ainda as afirmações do Governador de Minas, Newton Cardoso, de que o Orçamento da União, em tramitação no Congresso, fará com que os Estados e Municípios acabem pagando a rolagem da dívida externa em 1989.

Jurista prevê que, concluída a Carta, poder passa ao Judiciário

SÃO PAULO — Com a promulgação da Constituição quem tomará todas as decisões no País será o Poder Judiciário. Apesar das conquistas obtidas pelo Poder Legislativo, que ganhou maior autonomia, sua palavra não terá validade, segundo o Jurista Ives Gandra Martins, que coordenou um fórum de 33 juristas, reunidos em Belo Horizonte para discutir a nova Carta, os quais chegaram a uma conclusão ainda pior: as estruturas atuais do Judiciário serão insuficientes para atender o nível de demanda de dúvidas que surgirão na aplicação da Constituição.

O fórum reuniu ministros de Tribunais de várias alçadas, de-

sembargadores, juízes e representantes do Congresso Nacional, que já prevêem dificuldades na aplicação imediata da Constituição.

— Nós nos reunimos para discutir a aplicação da nova Carta e tratar questões como o que é um mandado de injunção, qual o risco de um mandado de segurança coletivo, como se processar o habeas-data e, principalmente, como reformular a Justiça em plena aplicação da Constituição, que ainda vai depender de mais de 200 leis complementares e ordinárias. E a conclusão a que chegamos é que as estruturas atuais do Judiciário serão insuficientes para atender o nível de

demanda de dúvidas que serão levadas ao Poder Judiciário, pois a partir da promulgação a palavra do Constituinte não valerá mais nada — afirmou Gandra.

Comentando que a democracia se alicerça na divisão de poderes, o Jurista esclareceu que enquanto a lei não for produzida ninguém é tão importante quanto o legislador, mas no momento em que ela é produzida a opinião do Poder Legislativo é apenas um elemento de instrução, passando a ter validade a palavra do Poder Judiciário.

— O Legislativo será prisioneiro do texto que produziu e vai ficar submetido à interpretação que nós, o Poder Judiciário, dermos. Isso gerará um período de

grande turbulência no Judiciário, que deverá começar este ano e se estender até o final do próximo ano — ressaltou o jurista.

Gandra Martins acrescentou ainda que apesar da execução das leis da nova Carta ficarem a cargo do Poder Executivo, nas dúvidas a interpretação será do Judiciário, que dessa forma será o Poder responsável pelas decisões.

— Em nível de Legislativo, será válida apenas a opinião daqueles que forem, além de Constituintes, juristas. É o caso, por exemplo, de um Michel Temer, que poderá opinar, mas na condição de constitucionalista — ressaltou

Empresariado teve 47 aliados no plenário

SÃO PAULO — Um estudo sigiloso do Fórum Informal de Empresários concluiu que os maiores defensores da livre iniciativa nas votações das emendas do segundo turno da Constituinte foram os parlamentares Francisco Dornelles, Delfim Netto, José Lourenço, Carlos Sant'Anna, Jorge Bornhausen, Daso Coimbra, Cunha Bueno, Arnaldo Prieto, Roberto Campos, Sandra Cavalcanti, Albano Franco e Amaral Neto, entre outros. O estudo, concluído no último dia 12, teve como finalidade compor um quadro mostrando as tendências dos parlamentares.

Um dado surpreendente do documento foi a ausência do nome do Deputado Guilherme Afif Domingos (PL-SP), ex-Presidente da Associação Comercial de São Paulo, entre os que mais votaram nas propostas empresariais. Sua postura foi considerada excessivamente liberal.

Do lado oposto — contra os interesses empresariais no segundo turno — está o PT, liderado por Luis Inácio Lula da Silva. Segundo o levantamento, a atuação do PT foi diametralmente oposta a dos que votaram pela livre iniciativa.

O estudo, com 24 páginas, foi baseado no comportamento de cada constituinte perante sete pontos colocados em votação no plenário da Assembleia: a anistia às microempresas, o tabelamento dos juros em 12 por cento, a definição de empresa nacional, a ampliação do direito de greve, o monopólio da empresa nacional nas concorrências públicas, a reforma agrária e, por fim, a imprescritibilidade das ações trabalhistas.

O relatório do Fórum Informal considerou como defensores da livre iniciativa os constituintes que deram um "sim" às emendas favoráveis aos cinco primeiros pontos. Também foram motivo de aprovação os votos

Forum também apontou os adversários

O PT, o PCB, o PC do B e o PDT foram os partidos que mais votaram contra a livre iniciativa, de acordo com o relatório do Fórum Informal de Empresários.

O Deputado Brandão Monteiro, por exemplo, votou "não" em todos os seis pontos em que os parlamentares considerados favoráveis à livre iniciativa votaram "sim": anistia às microempresas, tabelamento dos juros, conceito de empresa nacional, greve, privilégio de compra para empresa nacional e imprescritibilidade. E votou "sim" na reforma agrária.

contrários à reforma agrária e à imprescritibilidade ou a abstenção ou ausência na votação deste último ponto. O Senador Afonso Arinos de Mello Franco deixou de votar, por exemplo, nos itens dos juros e da anistia da dívida.

Um asterisco ao lado do nome dos "constituintes que votaram integralmente com a livre iniciativa" marca a preferência do empresariado. Além dos citados, compõem o quadro dos que mais votaram a favor das ideias dos empresários os parlamentares Ricardo Flúza, Ricardo Izar, Paulo Zarzur, Maluly Neto, Rubem Medina, Ruberval Pillott, Telmo Kirst, Angelo Magalhães, Antônio Carlos Thame, Aníbal Barcellos, Antônio Ueno, Virgílio Galassi, José Camargo, Valdeck Ornellas, Basílio Villan-

O mesmo exemplo pode ser aplicado a José Genoíno, Lula e toda a bancada do PT, além de Roberto Freire, do PCB.

Os partidos de esquerda sempre tiveram votação fechada nesses sete itens, ao contrário dos demais.

Assim, ao contrário de PMDB e do PFL, os dois maiores partidos na Constituinte e que se dividiram em muitas questões, os votos contra os itens considerados pró-livre iniciativa tiveram uniformidade maior dos que os votos a favor.

ni, Benito Gama, Christovam Chiaradia, Dionísio Dal Prá, Eraldo Tinoco, Ezio Ferreira, Fausto Rocha, Gilson Machado, Irupuan Costa Júnior, Jacy Scanagatta, Jorge Vianna, José Egreja, José Afonso Sancho, José Teixeira, José Lins, Levy Dias, Luis Eduardo, Luis Roberto Ponte, Narciso Mendes, Oscar Corrêa e Paes Landim.

O Fórum Informal de Empresários é formado pelos principais dirigentes da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), das federações paulistas do comércio e da agricultura, da Sociedade Rural Brasileira; da Bolsa de Valores do Estado de São Paulo, da Federação Brasileira de Associações de Bancos (Febraban) e da Associação Comercial de São Paulo.

Dos sete pontos indicados no relatório do Fórum Informal dos Empresários, alguns deputados simplesmente não votaram em nenhum deles, de acordo com o documento, como Alvaro Valle, Antônio Salim Curiati, Edivaldo Holanda, Felipe Cheidde, Fernando Velasco, Geovã Amarante, Gil César, Irajá Rodrigues, Jessé Freire, José Carlos Vasconcelos, Leopoldo Bessone, Lúcia Braga (ela acompanhou a filha doente no tratamento num hospital paulistano), Mário Bouchardet (recordista, junto com Cheidde, de ausências no plenário) e Roberto Jefferson.

A entidade surgiu durante a primeira fase dos trabalhos da Constituinte. Ela foi formada como tentativa de união das entidades empresariais, diante de várias emendas que estavam sendo aprovadas em primeiro turno e que foram consideradas contrárias ao interesse da iniciativa privada.

Os departamentos jurídicos da Confederação Nacional das Indústrias e de todas as entidades que compõem o Fórum estudaram as emendas então apresentadas. Depois, foi feito trabalho visando a um esclarecimento maior dos problemas que a economia e a sociedade poderiam enfrentar com a aprovação de algumas medidas, como a reforma agrária em terras produtivas.

OS AMIGOS DA LIVRE INICIATIVA



Francisco Dornelles



Delfim Netto



Albano Franco



Roberto Campos